

A PRÁTICA ANTROPOLÓGICA: O DESAFIO DE TRABALHAR EM ORGANIZAÇÕES NÃO- GOVERNAMENTAIS

Cíntia Beatriz Müller¹

No Brasil o rótulo ONG – expressão pronunciada com as letras separadas ou como uma palavra apenas “ongue” – tem servido para denominar entidades da sociedade civil que operam em espaços públicos específicos. Em suma, no Brasil, o rótulo ONG é estendido a fundações, institutos, associações e entidades civis organizadas de forma geral transmitindo a falsa idéia de homogeneidade em um campo que é tenso, que reúne entidades bastante díspares entre si e possui escassos recursos para manutenção de pessoal, desenvolvimento de ações e a própria administração da organização. Tais organizações compõem o Terceiro Setor, que tem alcançado repercussão no cenário político nacional frente ao surgimento de novos atores sociais e ao fortalecimento e visibilidade de outros, mais antigos. Basicamente, são sociedades civis, sem fins lucrativos, cuja atuação não se confunde com assistencialismo e filantropia.

Muitas vezes, ao dizer que trabalhamos em ONG, na compreensão do senso comum, parece que realizamos trabalho voluntário, que as pessoas não precisam de salário, que a organização não tem aluguel,

1 A proposta da organização deste livro foi o de escrever sobre a prática antropológica no contexto de organizações não governamentais (ONG) e que, a partir de minha experiência, produzisse um texto mais livre, quanto ao seu formato e linguagem, para uma coletânea organizada no âmbito da Associação Brasileira de Antropologia.

conta telefônica, técnicos contábeis, advogados e secretárias/os para serem pagos, apenas para nos referir a questões de cunho administrativo. São escassos os financiamentos, aliás, que prevêem o pagamento da denominada “taxa de administração”, taxa esta que permite que se desenvolvam as ações em um local específico, com infra-estrutura adequada, que não a da sala ou escritório da residência daquele que se empenha na atividade principal do projeto. O rótulo ONG surge estrategicamente, para setores conservadores, como definidor de um mundo “*encantado*” onde um grupo, sempre de “*hippies*” (classificação utilizada para minimizar o alcance do trabalho realizado por parte dos profissionais do terceiro setor), se reúne para “*trabalhar em defesa dos excluídos*”. Pelo contrário, a ação das organizações civis tem sua atuação potencializada pela forma como novos espaços públicos têm se configurado na sociedade brasileira e pela habilidade de seu pessoal em transitar por tais espaços.

Esta obliteração coloca sob o manto acinzentado do rótulo é estratégica para achincalhar e tornar invisível o trabalho de pessoas que desenvolvem suas atividades seriamente e com competência. Dentre tais profissionais se encontra o antropólogo. Como me disse uma antropóloga certa vez em uma palestra: a função do antropólogo “*não é pegar bandeira e ir para o asfalto*”. Esta pesquisadora ainda crê que o cientista é neutro. Bem, convicções à parte, explico que ONG não é sinônimo de “*movimento social*”, outra confusão estrategicamente posta no cenário brasileiro. Recorro a minha experiência.

Fui pesquisadora no Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos, Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE, em sua sigla inglesa), cujo escritório para a América latina se localizava em Porto Alegre/RS. Este centro de pesquisas não atuava e jamais atuou COMO movimento social e, sim, COM movimentos sociais que pleiteiam o direito à moradia digna em nosso país e no mundo. Ao atuar COM os movimentos sempre tivemos presente que o protagonismo no campo de ação é DOS atores integrantes dos movimentos sociais, que vivem no dia-a-dia as condições de vida que buscam modificar. Atuávamos em ações de advocacia e na produção de conhecimento sobre questões relacionadas ao direito à moradia. Ou seja, produzíamos, na maior parte das vezes, cursos e publicações que

traduziam para parte das pessoas envolvidas nos movimentos sociais a gama de direitos que lhes são garantidos em legislações internacional e nacional. Concordamos todos que a linguagem jurídica, no Brasil, como na maior parte do mundo, está longe de ser “popular”. Assim, na metáfora “*sacudir a bandeira no asfalto*”, preocupávamos a consistência e compreensão acerca do significado da “*bandeira*” e em torná-la um tanto mais visível no cenário nacional.

Em ONG’s, geralmente, os profissionais, o que inclui os antropólogos, tem consciência de que trabalham “*por projeto*”: sua permanência na organização e a continuidade de seu trabalho/pesquisa depende, na maior parte das vezes, do financiamento captado. Muitas doações são feitas, para organizações da sociedade civil, também, de forma voluntária e algumas vezes anônima. Assim, são escassos os financiamentos para as organizações em si, eles são pensados para a linha de ação da ONG. Isto faz com que as ações das organizações sejam, muitas vezes, descontínuos e fragmentados. Lidei, inúmeras vezes, com a angústia de saber o que deveria ser feito, para que parte do Brasil deveria me deslocar para levantar dados ou disseminá-los, mas não existia orçamento previsto para tanto. A rigidez na construção de orçamentos e os critérios definidos pelas organizações que financiam atividades fazem com que algumas instituições transmitam a falsa idéia de que atuam exclusivamente em uma área geográfica ou privilegiem determinado grupo em detrimento de outro. No Terceiro Setor não existe correlação entre assegurar o benefício do público alvo e manutenção do financiamento que potencialize a manutenção da organização. Há sempre que se buscar atender a expectativa de ambos, público-alvo e financiadores, mesmo frente às discrepâncias existentes entre os dois universos (Heckert e Silva 2008).

Certa vez em uma discussão sobre financiamento da linha de ação junto aos quilombos no Brasil, linha em grande parte sob minha responsabilidade onde trabalhei, tive a informação de que a agência que pagaria meu salário estava avaliando a pertinência de investir no Brasil ou no Sudão! De forma alguma cogito que a realidade brasileira possa ser comparada com a do Sudão. Ao mesmo tempo compartilha-va da idéia de que o sofrimento humano existia em ambos os contextos e que ações poderiam ser desenvolvidas no Brasil visando assegurar a

dignidade humana do povo quilombola. O dilema também tem uma outra dimensão perversa: aqui, ou no Sudão, pesquisadores ou ativistas da área de direitos humanos não fazem fotossíntese. Ainda precisamos interagir num mundo onde o salário é que nos possibilita pagar as contas no final do mês, sustentar uma casa e uma família. Em grande parte este dilema me levou a escolher fazer um concurso público no Brasil, continuar produzindo conhecimento qualificado sobre os direitos coletivos no país. (Minha contribuição silenciosa para o Sudão.)

O antropólogo “ongueiro” por oposição ao antropólogo da academia

Muitas vezes já vi colegas antropólogos, professores de universidades públicas, afirmando que este ou aquele colega é “de ongue”, estabelecendo uma espécie de hierarquia entre aqueles que produzem na academia e em organizações, notadamente privadas. Esta hierarquia é calcada numa falsa idéia de autonomia que grande parte dos professores universitários possui, contanto que o antropólogo de “ONG” não precisa se preocupar com Lattes e seu aumento de salário não decorre de decurso de prazo e pontuação (a conhecida “progressão funcional”). As ações do antropólogo de “ONG” pode ser conhecida a partir do histórico ou da missão da instituição na qual ele trabalha, ao passo que quem define a linha de ação das pesquisas acadêmicas são órgãos estatais como o CNPq e as Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais, onde funcionam. Atire a primeira pedra quem jamais se questionou sobre a falta de financiamento para pesquisas sobre determinados assuntos, que prolifera no país? Quem jamais “readequou” seu projeto de pesquisa acadêmica para se enquadrar neste ou naquele Edital? Se hoje pesquiso com comunidades quilombolas, deverei pesquisar logo, logo com a mulher ou a criança quilombola...

De fato, a autonomia e estabilidade do antropólogo no setor acadêmico público é maior se comparada com o antropólogo de outros setores e incluiria, aqui, as universidades privadas. Conheci uma excelente doutora em antropologia social que foi contratada por uma universidade privada e, em seu primeiro semestre de trabalho, foi supervisionar a disciplina “Trabalho de Conclusão”, para o curso de Ci-

ências Contábeis, na qual deveria verificar, basicamente, a aplicação de regras da ABNT pelos estudantes. Em meu primeiro semestre, após aprovação em concurso público em uma Universidade, tive que dar aula de “Filosofia da Educação” e “Ciências e Ética”, ou seja, lecionar em matérias que “ninguém queria dar aulas” e para as quais eu não me sentia com formação. Perversões e desinformações à parte, mesquinhez humana existe tanto no setor acadêmico, público ou privado, quanto no campo das organizações não governamentais. Neste aspecto, um doutorado não faz muita diferença.

Um dos maiores desafios que é posto ao antropólogo atuante no Terceiro Setor é o de assegurar a responsabilidade social no desempenho das atividades frente ao ritmo de exigências e ao quadro de “metas” a serem alcançadas nas ONGs. O trabalho do antropólogo não é uma função exótica, é antes assustadoramente desconhecida. Desconhecida, inclusive para muitos antropólogos, a falta de um marco regulatório de nossa profissão fragiliza, em boa parte, a possibilidade de pleito por melhores condições de trabalho/pesquisa e reconhecimento de nosso campo de atuação por outros especialistas. Seguidamente nos vemos em disputa com outros profissionais em relação a uma divisão social do trabalho coerente que reflita mais troca entre parceiros do que disputas pelo reconhecimento de autonomia frente a distintos campos.

Mas, voltando ao tema, existem dois outros pontos que quero ressaltar na atuação do antropólogo no Terceiro Setor: o fator ritmo de trabalho/pesquisa e o caráter do antropólogo como solucionador de problemas ao invés de pensador/questionador qualificado. Nossos cursos de pós-graduação nos preparam para sermos antropólogos com uma ênfase bastante grande na realização da pesquisa. São premissas da pesquisa antropológica, ao menos em minha tribo, buscar conhecer ao máximo o contexto que encontraremos em campo. Porém, sem antecipar resultados frente ao conjunto de possibilidades apresentadas quando chegamos lá pela primeira vez, tanto que realizamos a entrada em campo e uma pesquisa exploratória após a qual selecionamos e/ou corrigimos nossas estratégias metodológicas de coleta e/ou análise de dados. Em se tratando de ONG, na franca maior parte das vezes, o antropólogo para ter seu trabalho financiado deve, além de definir a

área geográfica² de realização de seu “trabalho”, definir o resultado do mesmo e, pasmem, traduzi-lo em números para ter um indicador mais preciso de aferição de impacto de suas ações.

Antropologia não é futurologia ou engenharia social. Vejam que estou pensando em antropólogos que integram quadros de ONG’s após a realização de uma pós-graduação, mas esta situação é mais complicada quando pensamos na formação de nossos acadêmicos de graduação em Ciências Sociais, muitos cursos, aliás, sem ênfase em antropologia. Na graduação são poucas as oportunidades de pesquisa oferecidas. Há um enorme desconhecimento sobre o que trata a antropologia. De forma geral, contudo, parece existir um consenso estereotipado de que ela formaria especialistas na “diversidade”³, leia-se “afro-brasileiros, mulheres, LGBTQ, indígenas, infância e adolescência”, em suma apenas não trataríamos do “homens, brancos, maiores de 18 anos”, óbvio, caso não estejam “em conflito com a lei” ou sejam moradores de “favela, periferia, vilas, guetos, dependentes químicos, grafiteiros, surfistas, esqueitistas, produzam rap ou hip-hip e etc”. O antropólogo na ONG torna-se uma espécie de especialista na “diversidade” que deve dela entender, por conta de sua formação, e que deve ter solução para problemas que incidam sobre cada um destes segmentos.

Atuar no campo das soluções rápidas e, muitas vezes, estereotipadas não é papel do antropólogo, aliás ele é formado exatamente para questionar isto. Em ritmo de ONG devemos produzir textos, apresentar projetos (objetivos e, de preferência, com respostas traduzidas em dados quantificados) e formular “produtos finais” sobre os quais poucas vezes temos tempo para pensar criticamente. É o ritmo de trabalho do “apagador de incêndios”. Isto assusta, e muito, aos antropólogos que se vêem envolvidos neste campo do mercado de trabalho, não pensem que isto não é causa de angústia. Trata-se de brigar diária, no âmbito das organizações, para a realização de uma antropologia da ação, atenta aos pressupostos teóricos da disciplina, em um cenário em que o profissional é impulsionado para uma antropologia mais

2 Sobre a qual, via de regra, deve-se informar valores e indicadores estatísticos.

3 Tenho que usar este termo entre aspas, pois não sei mais do que se trata.

próxima da aplicada. Isto é um emprego que paga aluguel e, se vc tiver muita sorte, terá carteira de trabalho assinada e um plano médico. Vejam que não mencionei férias ou 13º salário.

Além destas condições ou da falta delas, ritmo de trabalho rápido, pouca compreensão acerca do que, realmente, faz um antropólogo estamos na maior parte das vezes sozinhos. Somos “*avis raras*” nestas organizações e, oxalá, não sejamos mera peça de decoração na estrutura social da mesma. Afinal o fato de “termos um antropólogo na equipe de trabalho”, pode ser uma razão atraente para se conseguir um financiamento. Tais profissionais ainda terão sorte se ainda pudermos trocar idéias com grupos de pesquisas em universidades ou esporadicamente com pares que os levem a sério em congressos ou reuniões de antropologia!

Existe o campo, afinal “estar lá” é constitutivo de grande parte de nosso “mana” científico: fui fotografada quando andava pela calçada na rua do Sol, em São Luís/MA, por dois homens que fugiram em um carro quando parei na calçada para tentar entender o que faziam; tentem pegar sozinha a lancha dos fuzileiros navais, com os fuzileiros, e descer em uma base de adestramento para encontrar uma liderança quilombola que não está lhe esperando na ponte de desembarque que fica numa ilha; vá a uma audiência onde o militar que está sentado em sua frente deixa estrategicamente a vista a lista das pessoas que estão na sala e as instituições – inclusive universidades – as quais estão filiadadas; receba a informação que para certos setores de estado você é considerada “espiã internacional”. Não acredito nesta última informação, quanto às outras estava acompanhada, portanto não digam se tratar de “mania de perseguição”! Como disse minha mãe após o episódio de São Luís/MA: “nossa filha está fichada no DOPS!”.

Alguém diga que estou mentindo. Curiosamente, a única ameaça, velada, claro, que recebi – “de levar um tiro” – foi durante a realização de um relatório antropológico no interior do Rio Grande do Sul quando realizava pesquisa no âmbito de um projeto da UFRGS. Também quando já era professora no interior do Mato Grosso do Sul fui tachada de “terrorista” por ruralistas em um site. Assim, fecho este artigo, no qual espero não espantar os colegas ou aqueles que um dia optem por aprofundar sua formação no campo da antropologia

com duas colocações: as condições de trabalho para antropólogos em ONG's não são das melhores, consequência, também, de problemas estruturais que atingem às próprias organizações e seus trabalhadores; e, na minha avaliação, o mais grave, a sociedade desconhece o que fazem os antropólogos, sejam de ONGs, sejam da academia, enquanto isto perdurar continuaremos sendo especialistas na “diversidade” e, enquanto formadores de futuros antropólogos, realimentando um circuito de ilusão que pode representar a séria incompreensão de uma atividade que se quer arte, mas se comporta como uma profissão.

Referências

HECKERT, C. R. e SILVA, M. T..Qualidade de serviços nas organizações do terceiro setor. **Produção**, v. 18, n. 2, maio/ago. 2008, p. 319 – 330.

MADEIRA, F. R. e BIANCARDI, M. R. O desafio das estatísticas do terceiro setor. **São Paulo em Perspectiva**, 17(3-4): 177-184, 2003.